

# O pacote anti-recessão

O Conselho Monetário Nacional, que há muito não se reunia, foi convocado anteontem por seu presidente, o ministro da Fazenda, este já seguro de que não sofreria, desta feita, restrições do ministro do Planejamento — já afastado — à sua política econômica. Não sem intenções, porquanto o tema principal da reunião foi o combate à recessão que começa a surgir.

Importante notar que o governo José Sarney começa a conscientizar-se de que o crescimento econômico e o aumento do nível de emprego não se subordinam simplesmente a decretos. O discurso triunfalista governamental das últimas semanas, especialmente após a afirmação da nossa soberania diante dos credores estrangeiros, logo passou a ser desmentido pelos fatos. A recessão é tão perniciosa quanto a inflação: tênues sinais, passíveis de menosprezo, assumem de repente uma amplitude que dificulta uma contra-ofensiva. A queda das vendas no comércio varejista constitui uma advertência de que a economia brasileira já está dando os primeiros passos no caminho da recessão. Já no setor industrial, tais evidências são menos nítidas em alguns ramos, porquanto subsiste uma demanda para reconstituição de estoques até agora inexistentes. Todavia, de um lado já se registra uma queda muito significativa no setor de bens de capital, acusando, a própria indústria paulista, uma redução de 10,4% das vendas reais no mês de janeiro em relação a dezembro. Os dados de fevereiro apontam situação ainda mais difícil.

Sem querer reconhecer claramente esta situação, o governo está tomando medidas, as quais — acredita — permitirão afastar a ameaça de recessão. A nosso ver, tais providências teriam certa eficácia se inseridas num contexto mais amplo, seguindo-se a solução do grave problema da renegociação da dívida externa e o abandono, uma vez por todas, de uma filosofia populista em que o crescimento se mede através

do aumento da demanda interna que se tem de privilegiar.

Diante dos primeiros sinais de recessão, o governo acaba de tomar algumas decisões que, em si, fazem sentido. Assim, decidiu ampliar o prazo de financiamento — quatro para seis meses — do crédito aos consumidores e até, em certas condições, para nove meses. Introduziram-se algumas modificações nos mecanismos do Imposto de Renda para compensar a gula do *Leão*; ofereceram-se às pequenas empresas linhas de crédito a juros subsidiados, reduzindo-se ainda as tarifas bancárias etc... Cumpre acrescentar que o governo parece preocupar-se com investimentos ao criar a Caderneta de Poupança Pecúlio e a Caderneta Vinculada, ao mesmo tempo em que toma medidas para estimular o mercado de ações.

Poder-se-ia ter a impressão de que, atrás de uma simples reunião do CMN (desta vez não meramente telefônica), o governo acaba de definir uma nova política econômica.

Já a realidade, ao que nos parece, é bem diversa, porquanto se isoladas as medidas se nos afiguram razoáveis, há que reconhecer que no contexto em que estão tomadas podem tornar-se nefastas. No ano passado, o Plano Cruzado foi derrubado por um excesso de demanda, favorecido pela alta, exageradamente rápida, dos salários reais e preços artificialmente mantidos baixos. Para enfrentar os primeiros sinais de recessão, volta o governo a privilegiar o mercado interno. Todavia, não vislumbramos medidas capazes de enfrentar as causas da inflação, a qual tem poder muito mais explosivo para provocar a recessão.

Ninguém nega que os prazos de financiamentos são muito limitados para permitir a venda de alguns bens. Pode-se perguntar, todavia, se os consumidores encontrarão facilmente tais financiamentos, uma vez que o setor financeiro, já assustado com a inadimplência, está preferindo "emprestar

curto". Com efeito, com as taxas de juros vigentes, os mutuários fazem-se raros, ficando difícil, aos que as aceitam, reembolsar seus empréstimos.

Se o governo pretende realmente afastar a recessão, deverá adotar outras medidas que justamente reduzam a pressão inflacionista e não a exasperem. E também pensar no corte de um déficit, o que até agora foi apenas assunto de discurso presidencial, todavia sem realização prática. E mais: ter a coragem de explicar aos assalariados que o sistema do *gatilho* não os protege contra a inflação, favorecendo, ao contrário, uma perigosa espiral que agravará certamente as perdas do poder aquisitivo. Créditos subsidiados não eliminam a inflação; ao invés, ativam-na.

O governo, ao que parece, ainda não tomou consciência de que o crescimento se mede pelos investimentos, e não pelo consumo, e de que um aumento daqueles exige um incremento da poupança, isto é, uma redução do consumo. Até agora, Brasília, para estimular os investimentos, está contando com o famoso Fundo Nacional de Desenvolvimento, o qual, cada vez mais utilizado para *tapar buracos* e financiar capital de giro, se acha seriamente ameaçado pela própria recessão.

O sadio desenvolvimento passa pelos investimentos. Ora, estes — intimamente ligados à nossa capacidade de poupança — serão possíveis desde que se afaste uma crise cambial que ora provocamos através de um confronto com os credores. Até quando se recusará a ajuda do FMI, o caminho mais direto para que se consiga reduzir sensivelmente as transferências para o Exterior?

Das raízes da recessão alimenta-se a inflação. Contudo, ao considerar o ministro da Fazenda já resolvido o problema da alta de preços, só nos resta ficar tranquilos e conduzir, com o possível brilho, nossa *Malvinas* financeira...